

## **Resposta à Impugnação**

**Processo Administrativo nº 02/2025**

**Pregão Eletrônico nº 01/2025**

**Impugnante:** CTA Consultoria Técnica e Assessoria LTDA

**CNPJ:** 69.119.782/0001-89

**Objeto:** Registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos entes consorciados. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades dos entes consorciados, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

*Licitação. Pregão Eletrônico. Solução integrada de gestão de imóveis. Impugnação ao Edital. Protocolo por meio do correio eletrônico do CIMMVI. Habilitação técnico profissional. Prova de conceito. Redação original não alterada. Não conhecimento. Não acolhimento*

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação ao Edital do Processo Administrativo nº 02/2025 – Pregão Eletrônico nº 01/2025, apresentadas pelo licitante CTA Consultoria Técnica e Assessoria LTDA.

Faz-se mister ressaltar que a presente impugnação é tempestiva, visto que protocolada no prazo legal do Art. 164 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Dessa forma, cumpridos os pressupostos de admissibilidade, conhece-se da impugnação em face da sua tempestividade.

O impugnante assevera que há disposições que merecem ser alvo de retificação nos instrumentos que compõem o processo, em especial, no que concerne à qualificação técnica profissional e à prova de conceito.

Muito embora o licitante tenha invocado exaustivamente diplomas legais que já não mais são dotados de eficácia, em especial, a Lei 8.666/1993 e a Lei 10.520/02, decide-se por conhecer a impugnação, fazendo as remissões aos diplomas legais semelhantes ao

marco legal de licitações aplicável, para que seja analisado o mérito das questões levantadas, em prol do melhor atendimento dos interesses da Administração Pública.

O impugnante alega que os instrumentos convocatórios são eivados de vícios quanto as matérias de qualificação técnico profissional e à prova de conceito.

É o que cumpre relatar.

## 2. DA QULIFICAÇÃO TÉCNICA

O impugnante argui que por estar faltante a exigência de qualificação técnica profissional, o Edital haveria de ser retificado, conforme se extrai da impugnação, p. 3:

o edital é falho na exigência de qualificação técnica-profissional adequada para execução da atividade pertinentes e compatíveis com objeto da licitação, deixando de cumprir com clareza a exigência legal, violando os princípios da legalidade (transparência), razoabilidade, e isonomia do processo licitatório que regem o processo licitatório.

Verifica-se que para os serviços de avaliação de imóveis e planialtimetria, deverá o licitante encaminhar ART e/ou CAT, conforme se constata do item 11.5.4 do Edital.

Pois bem, o art. 45 da Resolução 1.137/2023 do CONFEA define o acervo técnico-profissional:

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I - tenham sido baixadas; ou

II - não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nelas consignadas.

O CONFEA<sup>1</sup> explica a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) como sendo:

documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. A Lei nº 6.496/77 estabeleceu sua obrigatoriedade em todo contrato para execução de obra ou prestação de serviço de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como para o desempenho de cargo ou função para a qual sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Para o profissional, o registro da ART garante a formalização do respectivo acervo técnico, que possui fundamental importância no mercado de trabalho

---

<sup>1</sup> <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/anotacao-de-responsabilidade-tecnica-art>

para comprovação de sua capacidade técnico-profissional. Para a sociedade, a ART serve como um instrumento de defesa, pois formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados.

Também, o acervo técnico-profissional de um indivíduo é comprovado documentalmente por meio da Certidão de Acervo Técnico-Profissional (CAT) emitida pelo CREA, nos termos do art. 47 da Resolução 1.137/2023 do CONFEA:

Art. 47. A Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Assim, ambas documentações, tanto a ART, quanto a CAT, são meios idôneos para a comprovação de atestação de qualificação técnica-profissional.

Além disso, a atestação de qualificação técnica-operacional deverá ser realizada por meio de atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o efetivo exercício anterior de atividade, não havendo nada que as desabonem.

O TCU já se posicionou informando que esses atestados, em conjunto com os ART's e os CATS, fazem prova da atestação técnica operacional:

REPRESENTAÇÃO. CONVÊNIO. IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO E PAISAGISMO EM PRAÇA PÚBLICA. TOMADA DE PREÇOS. EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE FORMA INDEVIDA. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER O CERTAME. ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA DAS IRREGULARIDADES. Para fins de habilitação técnico-operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico-operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes.

(Acórdão 2326/2019 - Plenário. Rel Benjamin Zymler)

Assim, não se julga procedente a questão levantada pelo impugnante, devendo o Edital manter-se inalterado e nos mesmos termos no que concerne à qualificação técnica.

### **3. DA PROVA DE CONCEITO**

O impugnante aduz que a previsão para realização de prova de conceito deverá ser retirada do Edital. E para isso destaca algumas alegações, as quais iremos averiguar uma a uma.

### 3.1 DA DESVANTAJOSIDADE DA EXIGÊNCIA FACE AO MONTANTE DO QUE O ITEM REPRESENTA

O impugnante alega, à página 4, que a exigência de prova de conceito é ilícita, considerando que ela deve ser realizada para itens que compõem fração de 10% do total do edital, alegando, em abstrato, que o procedimento é contrário às posições das cortes de contas:

Veja-se o que é objeto de questionamento via medida impugnatória não é apenas o fato de ser aplicado um procedimento de Prova de Conceito para atendimento ao item que compõem menos de 10% do objeto do edital e se reafirma com base em toda a jurisprudência e principalmente entendimentos do TCU e TCE-SP, que o procedimento descrito no edital está totalmente maculado e eivado de vícios, onde a sua correção passa por uma mudança na estrutura do próprio texto do corpo editalício.

Importante ressaltar que, em que pese os itens comporem 10% do Edital, nada elide a necessidade de dispensar a realização da Prova de Conceito, visto ser elemento crucial e indispensável ao sucesso dos objetivos pretendidos pela Administração Pública no presente processo, como exaustivamente demonstrado no EVTEJA.

A concepção da ideia de um software para a realização de gestão de imóveis públicos, nos termos descritos no Termo de Referência, encontra amparo técnico e científico na literatura:

A partir das experiências absorvidas no desenvolvimento da pesquisa e na atividade prática desempenhada no setor, é possível notar a necessidade da implementação de uma ferramenta de gestão de dados que alie as informações e arquivos contidos no Sistema de Gestão Patrimonial (ferramenta existente) ao mapeamento que vem sendo produzido na SUPAT a partir da ferramenta QGIS. **É importante também que a essa nova ferramenta permita filtrar os imóveis por suas informações, por exemplo: buscar imóveis por tipo de uso, município, área, valor etc (grifo nosso)**<sup>2</sup>.

Desenvolver um portal imobiliário onde seria possível acesso à lista de imóveis disponíveis para a administração pública, juntamente com aqueles com proposta de compartilhamento por outros órgãos ou entidades da administração federal e para os governos Estaduais e Municipais para prossecução de suas atividades de interesse público. Deve haver também outra área reservada aos interesses mercadológicos, onde estariam disponíveis uma lista de imóveis

---

<sup>2</sup> SILVA, Camila Moura. **Gestão dos bens imóveis em desuso pertencentes ao patrimônio do Governo do Estado do RN**. InPública. V.1 n° 1. 2022. P. 124. Disponível em: <https://www.inpublica.rn.gov.br/assets/docs/v-1/Gest%C3%A3o%20dos%20bens%20im%C3%B3veis%20em%20desuso%20pertencentes%20ao%20patrim%C3%B4nio%20do%20Governo%20do%20Estado%20do%20RN.pdf>. Acesso em 14 mai. 2025.

para venda, locação, arrendamento, cessão onerosa, Fundo de Investimento Imobiliário e outras formas de alienação<sup>3</sup>.

Assim, a gestão de imobiliário em software não pode ser vista como “perfurmaria”, mas sim como elemento indispensável ao sucesso da política que se pretende estabelecer para o patrimônio municipal.

Para isso, foram delineados no termo de referência as funcionalidades que se pretende do software (item 22.6.4.1 e ss), e a prova de conceito consiste, basicamente, na demonstração dessas funcionalidades, na análise do “*front-end*” (item 12.4 do Edital). São critérios objetivamente estabelecidos e de baixa complexidade.

### 3.2 DA RESTRIÇÃO DE COMPETITIVIDADE

Ainda, o impugnante alega que a prova de conceito deverá ser retirada do edital, visto que potencialmente ela pode restringir a competitividade do certame. É o que se constata das alegações na página 4:

Porém a exigência do Item 22.6 do Termo de Referência, em seu bojo trazem exigências manifestamente ilegais, uma vez que restringem a competitividade do certame, sendo certo que um número reduzido de interessados conseguirá atender, em total afronta aos Princípios da Legalidade, da Isonomia, da Competitividade e do Interesse Público.

A prova de conceito é medida que se impõe, afinal, sem ela, pode-se resultar em uma contratação desastrosa, e é necessário ter certeza de que as funcionalidades do sistema atendem aos requisitos técnicos que o Termo de Referência exige para satisfazer às necessidades específicas da Administração no caso concreto.

Para mitigar a questão de restrição de competitividade que o licitante alega, a equipe de planejamento teve o cuidado de inserir o item 22.6.4 do edital, que como será exposto mais adiante, permite a apresentação de requisitos que tenham a mesma capacidade funcional.

Trata-se de medida da Administração que evidencia, a bem verdade, o zelo com a coisa pública: muito pior seria retirar a prova e abrir margem para a contratação de um serviço que não condiz com as especificações, editalícias, causando transtornos e prejuízos.

---

<sup>3</sup> TRAJANO, Rodrigo Pessoa. **A estratégia de gestão dos imóveis públicos da União**. FGV: 2023. Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Orientador: Fabrício do Rozario Valle Dantas Leite. P. 90-91. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ce06f315-4da4-4b87-a1c4-fcb77d162ec0/content>. Acessado em 14 mai. 2025

É evidente que causa estranheza no licitante o fato de o certame exigir prova de conceito, considerando que nas antigas leis de licitação, a qual baseiam integralmente os fundamentos jurídicos, de fato não havia previsão legal para tal procedimento. Hoje, diferentemente, a lei veio a trazer inovações que, visam, justamente, atender às melhores necessidades públicas, como assevera Grillo<sup>4</sup>:

Nas disposições setoriais das compras, das obras e serviços de engenharia e dos serviços em geral, **a NLLC, de modo geral, ofereceu ao administrador público novos instrumentos para realizar a contratação pública, positivando práticas que eram realizadas sem previsão expressa na antiga legislação** e muitas vezes objeto de entendimento jurisprudencial, como é o caso da possibilidade de indicar marcas em certas ocasiões, **exigência de prova de conceito** e da terceirização (grifo nosso).

Conforme posição do Tribunal de Contas da União, “o objetivo de tais exigências é evitar a contratação de objetos inadequados ou até mesmo inservíveis, que representariam prejuízos aos cofres públicos<sup>5</sup>”. A previsão legal expressa está contida no Art. 17, § 3º da Lei 14.133/2021. Vejamos:

Art. 17 [...] § 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e **prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência** ou no projeto básico. [...]

Portanto, do caso específico que motiva o presente pregão, a prova de conceito é medida que se impõe por questões fáticas, e encontra na Lei 14.133/2021 seu respaldo legal, não prevalecendo as alegações.

### **3.3 DA ILEGALIDADE EM SE OBSERVAR A INTEGRALIDADE DOS ITENS DOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**

À página 5, o impugnante alega que não se pode exigir a observância à integralidade dos itens estabelecidos no Termo de Referência:

Veja, o TCE já manifestou ser ilegal por restringir a competitividade do certame a exigência de 85% de funcionalidades no procedimento de POC, ao qual vosso município está exigindo que seja demonstrado 100% de Todos os

---

<sup>4</sup> GRILLO, Fontenelle Fernanda. DISPOSIÇÕES SETORIAIS DAS COMPRAS, DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DOS SERVIÇOS EM GERAL, p. 434. In: A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): principais inovações e desafios para sua implantação / organização Maria Tereza Fonseca Dias. – São Paulo: Editora Dialética, 2023. 488 p

<sup>5</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5 ed., Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023. p. 528.

Requisitos Técnicos e sem dar a possibilidade de correção em caso de não aprovação dos requisitos obrigatórios!

À luz dos princípios jurídicos que norteiam a atividade administrativa essa alegação não merece prosperar, abrindo margem para atuação com claro desvio de finalidade.

Veja-se, foram elencadas as funcionalidades necessárias e suficientes às pretensões da Administração. Além disso, o certame deve ser conduzido com imparcialidade e isonomia. Assim, como exigir para uns que se observe determinado item, e para outros, que tal exigência seja flexibilizada?

O Art. 5º da NLLC elenca o princípio da vinculação ao Edital ao qual a observância por parte do Administrador é obrigatória. Assim, os instrumentos convocatórios devem, certamente, ser observados em sua integralidade, servindo a prova de conceito apenas para averiguar se o software a ser disponibilizado está devidamente adequado ao que já fora estabelecido em edital.

Sobre o princípio, importante trazer os esclarecimentos doutrinários de José dos Santos Carvalho Filho<sup>6</sup>:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. **Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.**

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. **E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.**

Irresignado, o impugnante alega que não se pode realizar a exigência de prova de conceito, dado que a metodologia de atestação técnica sob a ótica da Lei 8.666/93 – reforça-se, já revogada – não prevê a realização de prova de conceito, e se restringe à apreciação de atestados de capacidade técnica.

É o que se extrai da página 6 da impugnação:

Vê-se, portanto, que as exigências da Prova de Conceito contida no Termo de Referência além de estar incompleta, ainda reduz gravemente o número de participantes do procedimento licitatório, trazem insegurança a contratação além de afrontarem entendimento já fundamentado no Egrégio Tribunal da

---

<sup>6</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de direito administrativo. 28 ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://morumbidireito.files.wordpress.com/2015/09/direito-administrativo-28c2aa-ed-2015-josc3a9-dos-santos-carvalho-filho.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2025.

União. Desta forma, constatou-se que tais condições são ilegais e restritivas, pois, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 30, inciso II, §§ 1º e 5º, permite a exigência de atestados de capacidade técnica, sendo proibidas as exigências que inibam o caráter competitivo da licitação. (grifo nosso).

Como já reforçado anteriormente, sob a ótica da Lei 14.133/2021, a prova de conceito é medida lícita e adequada ao caso concreto.

Quanto ao mecanismo de atestação de capacidade técnica, em nada impede que a Administração, em julgando-se necessário para a promoção de uma contratação bem sucedida e segura, adote ambos os mecanismos. Os atestados, para comprovar capacidade técnica, são avaliados em sede de habilitação. A prova de conceito é posterior, avaliada em face do licitante provisoriamente declarado vencedor, como meio de avaliação da aceitabilidade da proposta.

O eminente Marçal Justen Filho<sup>7</sup> ministra a importância da prova de conceito:

A prova de conceito pode ser utilizada para avaliar a capacitação técnica do licitante para executar a proposta objeto da licitação. Em tal hipótese, a finalidade será o exame da atuação subjetiva do licitante.

Mas a prova de conceito também comporta utilização para avaliação quanto à proposta propriamente dita. Nesse caso, a finalidade é o exame da prestação contemplada na proposta. No entanto, não faz sentido que essa comprovação seja feita ao longo da execução, como no caso da amostra. Assim, se passa porque a prestação executada concretamente será suficiente para evidenciar a satisfatoriedade da solução concebida pelo sujeito.

Quanto ao julgado trazido à baila, ele vem, justamente, a confirmar a redação atual do Edital. Vejamos o excerto do próprio julgado do TCE-SP:

(...) entende pertinente a apresentação apenas dos requisitos mínimos necessários à prova da funcionalidade do sistema, a fim de promover a participação de maior número de interessados (Processo TC 21224.989.20-2, encontrado à p. 4 da impugnação)

Ora, o já mencionado item 22.6.4 vem nessa mesma linha de pensamento, afinal, ele preza em verificar a plausibilidade do licitante em adimplir o objeto contratual para esses itens em específico, ainda que, integralmente, não consiga demonstrar todas as funcionalidades, desde que os substitua por outros com o mesmo nível de capacidade funcional:

22.6.4 Os critérios que poderão ser avaliados dizem respeito aos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade da amostra devem contemplar os seguintes requisitos ou outros que sejam capazes de substituí-los com o mesmo nível de

---

<sup>7</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. P. 550



capacidade funcional. Dessa forma, pode-se exigir quaisquer apresentação das funcionalidades da plataforma dos itens a seguir(...)

Portanto, neste quesito, também não prospera a alegação do licitante.

### 3.4 DA REAPRESENTAÇÃO DOS TESTES

O impugnante, ainda, demonstra descontentamento por entender que os termos dos instrumentos convocatórios não possibilitariam a reapresentação das funcionalidades:

A prova de conceito, também conhecida como procedimento de apresentação de amostras, deve seguir rito que é determinado pela lei de licitações e que possui jurisprudência pacificada no Tribunal de Contas da União. Além do que, em um procedimento de avaliação de amostra ou prova de conceito como citado no pregão deveria ter cláusulas que indicassem sobre o julgamento objetivo a possibilidade do licitante demonstrar em acordo com sua interpretação, tendo em vista que alguns itens podem ser interpretativos por técnicos da CONTRATANTE, devendo, portanto, o licitante ter o direito a discordar ou **reapresentar itens por ventura indicados como desconforme pelos técnicos da CONTRATANTE.**

Importante que esta Administração observe que a condição de prova de conceito é completamente diferente do conceito de diligência, pois a diligência é facultada a decisão motivada do pregoeiro para instruir o processo licitatório, mas já a prova de conceito, se explicitada no edital, torna-se condição que o licitante melhor classificado deve ser submetido com base em critérios de julgamento OBJETIVO, para comprovar a sua capacidade em fornecer os serviços prestados, **devendo ter a possibilidade de em um determinado prazo fazer a reapresentação de um possível item em desacordo.** (grifo nosso).

Ora, mas a questão suscitada não é procedente. Primeiramente, como já explicado anteriormente, o critério de análise é objetivo: demonstrar se a solução possui ou não as funcionalidades. Ainda, o Edital é claro sobre a possibilidade de o licitante fazer a reapresentação do produto conforme seja necessário. Vejamos os itens 12.5 e 12.8:

12.5 O horário de encerramento dependerá do andamento dos trabalhos e ficará a critério dos avaliadores, **uma vez que o licitante tenha exaurido a apresentação de todas as funcionalidades do software que queira demonstrar**, conforme disposição do Termo de Referência.

12.8 **A equipe poderá solicitar a repetição da funcionalidade quantas vezes forem necessárias para a formulação da avaliação técnica do requisito.**

Assim, igualmente, não deve prosperar o ponto atacado pelo impugnante.

#### 4. DA AUSÊNCIA DE PROCESSO REFLEXIVO POR PARTE DO IMPUGNANTE E PELA DESCONSIDERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO

Diante das considerações realizadas pelo impugnante, algumas sem qualquer fundamento, bem como os dispositivos legais invocados, já há algum tempo revogados, resta evidenciado que o impugnante não se deu ao trabalho de verificar se as alegações do modelo de impugnação que ele copiou eram cabíveis ao presente edital.

Resta claro que o impugnante (ao que parece, apenas para gozar dos efeitos protelatórios da impugnação) copiou e colou, sem qualquer esforço reflexivo, quase que a integralidade de um modelo pronto, sem o esforço de realizar a averiguação da compatibilidade das alegações ao presente procedimento, **inclusive quanto ao mérito**.

Com efeito, o CIMMVI identificou o modelo utilizado<sup>8</sup>. Trata-se de impugnação feita por DDA Tecnologia LTDA nos autos do processo 177/2022/ Pregão Eletrônico nº 70/2022, do Município de Ibirité/MG.

Ora, o licitante copiou, na integralidade, por meio de simples CTRL C + CTRL V, a redação concernente à prova de conceito, e o único trabalho que se deu foi o de printar o item 22.6 do Termo de Referência e juntar na peça, no mais, tudo permanece inalterado em perspectiva comparada com a peça que ele se baseou originalmente, sem averiguar se as questões discutidas naquele processo eram cabíveis no presente (não são).

A ausência de demonstração de quais são os elementos incompletos e de quais os itens que causam cerceamento da licitação é porque, muito embora as alegações não sejam verídicas, novamente, o texto é uma cópia indiscriminada de um modelo pronto sem qualquer semelhança com o presente caso.

A impugnação deve ser clara e objetiva, apontando com precisão qual o problema que está sendo questionado e quais as razões para a impugnação, e não uma mera cópia de outra impugnação que, repisa-se, não guarda qualquer relação com o presente procedimento.

---

<sup>8</sup>

Disponível

em:

[https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Pregao\\_Eletronico\\_70\\_2022\\_Resposta\\_a\\_Impugnacao\\_da\\_Empresa\\_DDA\\_Tecnologia\\_?cdLocal=3&arquivo=%7BC8EBC3EE-D7E3-C881-7DEB-0EEDC84B10BC%7D.pdf&cdLicitacaoArquivo=84165](https://www.ibirite.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_Eletronico_70_2022_Resposta_a_Impugnacao_da_Empresa_DDA_Tecnologia_?cdLocal=3&arquivo=%7BC8EBC3EE-D7E3-C881-7DEB-0EEDC84B10BC%7D.pdf&cdLicitacaoArquivo=84165). Acessado em 14 de maio de 2025.

A impugnação é tão abstrata (por razões óbvias) que nem indica quais são os itens específicos do edital/TR que se traduzem nos vícios que o licitante pretende atacar. Apesar disso, com base no princípio da autotutela, verificamos se os “vícios apontados” gerariam mácula ao processo, o que não se identificou.

## **5. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, à luz dos princípios e normas que norteiam a atuação da Administração Pública, decide **CONHECER** a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2025, interposta por **CTA Consultoria Técnica e Assessoria LTDA**, e, no mérito, **NÃO ACOLHER** a impugnação, mantendo-se as exigências editalícias nos seus exatos termos.

Divinópolis/MG, 15 de maio de 2025.

**RUAN BRANDÃO RAPOSO SIMÕES**  
**PREGOEIRO - CIMMVI**